

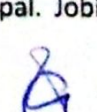
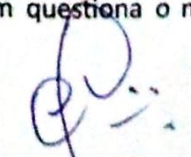
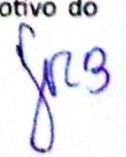


ATA Nº 01/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos, na Rua 1822, número 1510, neste município os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Mateus Canton Markoski (Suplente/Secretaria de Saúde); Michele Rieger de Paula (Titular/HMRC Ruth Cardoso); Gustavo Ramalho Bisi (Titular/Secretaria de Saúde); Celso Antonio Schneider (Titular/UNIBAC); Velice Marta Peruzzo (Titular/Rotary Club); Carla Rosane Abs da Cruz Preto (Titular/APAE); Denise Regina da Rosa Campos (Titular/Pastoral da Criança); Maristela Koche Rigueira (Titular/Rede Feminina de Combate ao Câncer); Malcon dos Santos (Titular) e José Carlos Jobim (Suplente/MEDSERV); Terezinha de Jesus C. Lourenço (Suplente/Fundação Pró-Rim). **Justificou a ausência a conselheira** Andressa Bertiel Willeke Hadad (Titular/Secretaria de Saúde). **Como ouvintes:** Ivana Melo Jacques (Amigos e Tribos); Claudemir Gonçalves (CRP); Andrea B. S. Bittencourt (Secretaria de Saúde); Ilva B. Martins (Secretaria de Saúde). Como secretária executiva: Francielly Raquel Domingues Vianna. O presidente Celso inicia a reunião, cumprimentando os presentes e segue-se à discussão da pauta. **Item 1 - Informações quanto ao caso Bruna Gabriela Bolta atendida no HMRC.** Celso explica que a paciente Bruna havia sofrido um acidente grave de trânsito e o Conselho atuou, junto ao promotor Dr. Rosan, a secretária de Saúde, o chefe da UTI do Hospital Municipal do Ruth Cardoso e médicos do Hospital. Celso diz que Bruna precisou de um aparelho de ventilação pulmonar, encontrado em Joinville. Gustavo relata os elogios tecidos por Dr. Eduardo, médico de Blumenau que atendeu Bruna, pela atuação do COMUS e à equipe do Hospital, pois os recursos que o HMRC tinham não seriam suficientes mediante o quadro de saúde dela, mas conseguiu-se manter a vida e estabilizar a paciente. O conselheiro conta que foi conseguido apoio do helicóptero da Polícia Militar, que levou Bruna, e dos batedores da Polícia Rodoviária Federal, para o deslocamento de ambulância e veículo que levava equipamentos que ela utilizaria. Gustavo comunica que no momento, a paciente encontra-se estável. Celso destaca que conseguiu-se a liminar para a transferência de Bruna para a UTI de Blumenau para continuidade dos cuidados a mesma. Michelle faz uso da palavra e diz que tudo o que o acompanhamento de todo o ocorrido foi emocionante; fala que os médicos que trabalham em hospitais públicos e privados disseram que o que foi feito pela garota, nem em hospital particular aconteceria e diz que a família muito agradeceu o empenho para com Bruna. Michelle informa que foi disponibilizado profissional fisioterapeuta para acompanhamento só daquela paciente durante 24 horas, o que em muitos hospitais municipais ou públicos não existe, destaca. A conselheira diz que a Secretária de Saúde não pôde comparecer à esta reunião, mas afirmou que qualquer informação que o COMUS precisar, pode ser feito via Ofício ao HMRC. Michelle declara que, por tudo que viu acontecendo no caso relatado, parabeniza a equipe, a direção, os profissionais do Hospital, pois a vinda do equipamento e a transferência aconteceu de maneira rápida. Michelle ressalta o suporte tanto da direção, da coordenação, da psicologia obtido, além da disponibilização de fraldas descartáveis durante os dias em que a paciente esteve internada. Por ser um hospital público, Michelle diz que eles tem feito mais do que está ao alcance e declara sentir-se orgulhosa. Gustavo fala que há casos de reclamações sobre o HMRC, porém quando o trabalho é bem feito e há dedicação, como é a maioria dos casos - afirma, quase ninguém prestigia. Gustavo diz que essa é a função do COMUS, ajudar enquanto pode e destaca que a equipe técnica do HMRC merece elogios e aplausos. Os conselheiros dão uma salva de palmas à equipe citada e Michelle diz que levará os elogios e aplausos à todos do HMRC. José Carlos Jobim relata que também precisou do Hospital quando ficou cinco dias internado em situação grave e o atendimento que recebeu foi "VIP". Celso diz que culturalmente há reclamações; afirma que o Sistema Nacional de Saúde atravessa uma crise financeira e que o HMRC está tendo a condição atual pelo dispêndio que o Município faz. Michelle ressalta a importância dos conselheiros conhecerem o funcionamento do HMRC, pois percebe que atualmente existem reclamações pelo Pronto Socorro, porém cita o atendimento de pessoas em outros hospitais, como Marieta, onde a espera excede em muito o limite de tempo, de maneira que se dirigem ao HMRC para serem atendidos. A conselheira reconhece que há problemas no Hospital, porém já houve grande melhora; relata contudo, que leu as fichas dos pacientes e verificou situações de atendimento que não seria caso para o HMRC, que ao contrário, é de urgência e emergência, mas para uma Unidade Básica de Saúde, de maneira que há demora nos atendimentos. Michelle destaca sobre a própria equipe da pediatria que afirma o HMRC

Carq

E. B. P. - JCB

estar melhor do que o Pequeno Anjo, o qual já foi modelo na especialidade. A conselheira fala que a população precisa entender melhor qual é o serviço de atendimento do Pronto Socorro, que é o centro das reclamações. Celso pontua sobre um problema do Hospital, quanto chamamento público por curto período de tempo, sem estabilidade para os profissionais. Maicon diz que há quem reclame via meios de comunicação, mas não conhecem a demanda do Hospital; diz que a maioria das reclamações do sistema em Balneário Camboriú é pelo motivo das pessoas não entenderem o serviço de atendimento do HMRC e frisa a importância de que, enquanto conselheiros, possam orientar a população nesse sentido. Celso faz uso da palavra acerca da publicização do Hospital para ampliar a estrutura e acredita que essa situação seja resolvida ainda neste ano. **Item 2 - Eleição das entidades de trabalhadores da saúde para composição do COMUS.** Celso diz que este item é para abordar acerca da eleição que ocorrerá; explica que as inscrições vão até dia 11 de fevereiro e solicita que os presentes que tiverem contato com entidades que trabalham com a área da saúde possam compartilhar a informação para que se inscrevam. Celso diz que solicitou à Casa dos Conselhos que ligue para entidades com essa característica avisando-os do edital. **Item 3 - Proposta de encaminhamento de ofício para a AMFRI visando a promoção de um encontro dos Conselhos Municipais da região, a fim de tratar temas que exijam cooperação regional.** Gustavo e Andréa ficam responsáveis pelo encaminhamento. Celso ressalta sobre um estreitamento entre os Conselhos para fortalecimento da saúde regional e Gustavo pontua no sentido de fortalecer para um pacto regional. **Item 4 - Informações referentes à avaliação e transferência de recursos PMAQ 2018.** Celso passa a palavra à Ilva, coordenadora da Estratégia Saúde da Família - ESF de Balneário Camboriú, solicitando informações acerca da diminuição da transferência de recursos. Ilva explica que o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ foi lançado em 2011 e este Município aderiu com as 14 equipes havia na época. Ilva relata sobre o funcionamento do Programa, com ciclos durando cerca de dois anos desde o processo de adesão, trabalhando-se os indicadores e posteriormente ocorre a vinda do pessoal do Ministério da Saúde fazer a avaliação externa, coletam-se provas e dados nas unidades, acerca da qualidade do atendimento, satisfação do usuário, contando com vários eixos para a avaliação. Ilva apresenta detalhes sobre a avaliação durante o ciclo que dura três anos. Cada equipe recebe um nível de classificação: irregular, regular, bom, muito bom e excelência. Ilva diz que no primeiro e no segundo ciclo tiveram uma melhora significativa. No terceiro ciclo houve queda no nível de classificação entre as equipes. Ilva avisa que as notas foram publicadas no mês de outubro de 2018 e as cita. Ilva fala sobre a implementação do acesso ao acolhimento da demanda espontânea e o próximo passo será o processo avançado, proporcionando acesso aos usuários no momento em que buscam a unidade, o que é um desafio, relata. Ilva aponta que no Bairro das Nações há uma quantidade de excedente populacional para as equipes atenderem, sendo necessário ampliar as equipes para atendimento proporcional; fala que o horário estendido contribui, porém mesmo assim o Hospital e o PA sofrem com a demanda. Quanto a implantação do horário estendido afirma ser uma proposta para dar maior acesso na atenção básica, mas destaca o problema no curto prazo na contratação de médicos. Ilva diz a respeito da rotatividade de médicos e a falta dos profissionais, o que provoca a quebra de vínculo com a população atendida, de maneira que tudo reflete no resultado do PMAQ; diz que com o excedente populacional, o acesso fica reduzido para a população, repercutindo na qualidade. Celso questiona a demanda para o exercício do horário estendido e Ilva diz que há demanda significativa nesses horários; informa que há falta de médicos em alguns bairros como Vila Real, Barra, Nações e Ariribá, contando nesses casos com a disponibilidade dos profissionais em fazer hora extra e quando não é possível, a unidade fica sem médico para atendimento; informa que foram convocados mais três médicos na última chamada pública para se apresentarem nesta semana e pontua que seria necessário a contratação, para o horário estendido, de mais dois médicos a princípio, porém relata que o problema trata-se de mantê-los no quadro. Ilva informa que outra proposta de gestão seria para tentar terceirizar o horário estendido em carga horária de 6 horas (das 16 horas às 22 horas), a suprir a falta de médicos e Jobim destaca os profissionais seriam pagos por verba municipal. Ilva diz que no momento seria necessária a contratação de uma equipe dos seguintes profissionais: 1 (um) médico, 1 (um) enfermeiro, 1 (um) técnico de enfermagem, 1 (um) técnico administrativo para a recepção, 1 (um) auxiliar de serviços gerais e 1 (um) segurança. Celso recomenda que, sobre segurança, seja visto apoio da Guarda Municipal. Jobim questiona o motivo do

declínio na avaliação do PMAQ. Ilva informa que estão trabalhando nisso, mediante a análise da publicação dos resultados analíticos com as especificações das avaliações; comunica que os profissionais recebem gratificação de acordo com a nota no PMAQ e destaca que o foram implementados outros indicadores como assiduidade e o processo de trabalho dos profissionais. **Celso diz acerca de um Ofício sobre ESF para solicitar mais informações sobre o PMAQ.** Maicon salienta que uma melhorias percebidas era sobre incentivo igualitário aos profissionais, o que os incentiva no exercício da profissão. Gustavo lembra que a última análise do PMAQ foi feita em um contexto de novo governo e equipe nova, que precisaram de adequar, contando com critérios diferentes. Ilva informa que há um planejamento no sentido da ampliação das equipes e de estrutura física, comunica que há uma equipe para atender somente nas Praias Agrestes; diz que sobre a área de invasão na localidade Nova Fortaleza, onde há cerca de 500 famílias em situação de vulnerabilidade, com quantidade de gestantes crescendo significativamente, sendo atendidos pela equipe do bairro da Barra. Ilva informa que é preciso haver uma unidade para São Judas, mas que já consta em planejamento; informa que houve movimento no sentido de buscar recursos com o Governo Federal para construção de unidades nos bairros onde há maior prioridade. Celso agradece as informações repassadas por Ilva e enaltece a importância da ESF. Uma conselheira questiona sobre a quantidade de equipes da ESF. Ilva declara haver dezoito equipes operando dentro das diretrizes do PMAQ, e duas implementadas, mas em fase de mapeamento do território e cadastramento das famílias no sistema; informa que planejam-se mais duas equipes para São Judas e mais uma equipe para o Nova Fortaleza. Celso indaga se o recurso do ESF é de origem do Governo Federal e Ilva esclarece que é somente parte dele, pois trata-se de um incentivo, sendo a maior contrapartida proveniente do Município; a coordenadora compromete-se em enviar informações mais detalhadas ao COMUS acerca dos custos das equipes. Ilva diz que a gestão dos valores de incentivo financeiro enviados pelo Ministério às equipes de Saúde da Família é de autonomia municipal e em Balneário Camboriú optou-se por repassar 95% do valor recebido aos profissionais. Andréa elucida que há três tipos de recursos: o valor de repasse pelo Governo Federal, o PMAQ aos funcionários e o repasse estadual. Ilva cita que a própria gestão está proibida pelo Tribunal de Contas de fazer contratações e aumentar o quadro funcional, sendo assim um fator limitante. Andréa faz uso da palavra e diz que, apesar das condições quanto aos recursos financeiros, houve ampliação do número de equipes. **Item 5 - Informações sobre o Plano Municipal de Saúde e previsão de apresentação ao COMUS.** Andréa informa que o Plano está finalizado e compromete-se de enviar uma cópia do Plano ao COMUS antes da próxima reunião, para ciência. **Item 6 - Oficiar a Regulação para que informe a respeito das filas de espera para atendimento de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos e Item 7 - Oficiar a diretoria do HMRC para informar a respeito das filas de espera para atendimentos às demandas de exames e cirurgias.** Celso diz que serão oficiadas a Regulação e a Diretoria do HMRC, pois com a implantação de rotina de exames, pontua que não resolve o problema se houver um mutirão de exames, se as cirurgias não acontecem, para economicidade do recurso público da Secretaria de Saúde. Enfatiza sobre abertura de diálogo com a Promotoria, acerca da exigência de zerar as filas, necessitando antes atentar para o ponto de vista da Secretaria de Saúde. Os conselheiros discutem acerca das ausências dos pacientes para realização de exames. Velice pontua que o COMUS precisa acompanhar essas ausências. Celso diz que a Secretaria de Saúde poderia enviar esse número para o Conselho notificar o Ministério Público. Andréa assinala quanto à regulação das filas que há um link no site na Prefeitura para acompanhar a situação e as ordens; diz que há instrumento de controle e afirma ainda que alguns exames não justifica a aquisição, pelo alto custo de recurso. Jobim indaga se quando é emitida a nota fiscal do Laboratório para receber do Município, como é enviado o relatório de exames. Mateus diz que é enviado para a Regulação, que confere o procedimento e emite o relatório. **Item 8 - Assuntos Gerais.** O presidente Celso convoca os conselheiros para a próxima reunião ordinária do Conselho, que ocorrerá no dia 27 de fevereiro e agradece a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

